



APLICAÇÕES DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



trabalh^{coleção}&desigualdade

*Aplicações de técnicas avançadas
de avaliação de políticas públicas*

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves,
Samantha Haussmann Rodarte Faustino

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A652

Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] / organização Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves, Samantha Haussmann Rodarte Faustino. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17)

Formato: Epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8054-215-8

1. Política pública. 2. Política pública - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Amaral, Ernesto Friedrich De Lima. II. Gonçalves, Guilherme Quaresma. III. Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. IV. Série.

14-16703

CDD: 320.9

CDU: 32

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO TRABALHO E DESIGUALDADE

Celi Scalon | UFRJ

Jorge Alexandre Neves | UFMG

Magda Neves | PUC-MG

Nelson do Valle Silva | IUPERJ

Sergei Soares | IPEA

Tom Dwyer | UNICAMP

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Barro Preto | CEP 30110-063
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefax: (31) 3212 9444
finotracoeditora.com.br

- 1 *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil* | Iara Lima Vianna, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 15
- 2 *Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves 39
- 3 *Políticas de transferências condicionadas de renda e a taxa de distorção idade/série: uma análise do Censo Escolar, 1995, 2002 e 2012* | Samantha Haussmann Rodarte Faustino, Fábio César Araújo Costa 73
- 4 *Estudo sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica, 2003, 2005 e 2011* | Dandara Bispo Pimenta, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 113
- 5 *A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010* | Alan Vítor Coelho Neves, Ernesto Friedrich de Lima Amaral, André Braz Golgher 153
- 6 *Ensino profissionalizante como política de aproveitamento do dividendo demográfico: Minas Gerais, 2011* | Bárbara Avelar Gontijo, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 197
- 7 *Vulnerabilidade no espaço urbano: análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2000* | Natália Almeida Fares Menhem, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 237
- 8 *Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Magna Maria Inácio, Fabrícia de Almeida Costa 283

- 9 *Análise de pacientes com condições crônicas e a ocorrência de internações hospitalares no Brasil e Minas Gerais, 1998, 2003, 2008 e 2011* | Pedro Cisalpino Pinheiro 317
 - 10 *Correlação entre o recebimento de auxílios e o rendimento de trabalhadores no Brasil, 2001–2011* | Samantha Hausmann Rodarte Faustino, Guilherme Andrade Silveira, Isabella Rafael Horta Londe 359
 - 11 *Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?* | Jorge Alexandre Barbosa Neves, Florence Fiuza de Carvalho, Daniete Fernandes Rocha 405
 - 12 *O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008* | Guilherme Quaresma Gonçalves, Gabriel Ávila Casalecchi, Mario Fuks 433
- Sobre os organizadores e autores* 463

Prefácio

A avaliação de impactos de políticas públicas não é uma atividade trivial. Precisamos utilizar técnicas apropriadas para buscar uma análise que permita a verificação dos efeitos de políticas sociais. O problema fundamental da avaliação de impacto é que a unidade de observação (indivíduo, domicílio, município ou país, por exemplo) não é observada simultaneamente em dois estados. Uma mesma unidade não pode fazer parte do grupo de tratamento e controle ao mesmo tempo (o verdadeiro contrafactual não existe). Precisamos, então, buscar unidades para os dois grupos que sejam o mais semelhantes entre si. Porém, as unidades que fazem parte do grupo de tratamento podem ter passado por algum processo seletivo ou autosseleção. Esta seleção diminui a semelhança entre o grupo de tratamento (beneficiários) e o grupo de controle (não beneficiários).

Quanto aos modelos para avaliação de impactos, os métodos de estimação de impacto dependem do desenho da avaliação. Em desenhos experimentais, há uma atribuição aleatória da oportunidade de participar em programas sociais. Nesse caso, há a seleção aleatória de regiões e indivíduos beneficiários da política e daqueles que serão o controle. A única diferença entre grupos de tratamento e controle é o ingresso no programa. Há uma avaliação sistemática e uma mensuração dos resultados em distintos momentos da implementação do programa. Se a seleção é aleatória, pode-se dispensar a avaliação anterior à política para ambos os grupos. Por sua vez, em desenhos quase-experimentais, o controle é construído com base na propensão do indivíduo de ingressar no programa. Busca-se obter o grupo de comparação que corresponda ao grupo de beneficiários, com base em certas características (sociais, demográficas, econômicas...). Há então a estimação da probabilidade de um indivíduo de participar do programa.

O grupo de controle é emparelhado ao grupo de tratamento, buscando comparar grupos em que a única diferença seja o recebimento da política. Isso pode ser realizado com modelos de regressão multivariadas ou com técnicas de escore de propensão, por exemplo. Os efeitos são estimados ao comparar grupos de tratamento e controle, antes e depois do programa. Por fim, em desenhos não experimentais, há ausência de grupo de controle e/ou de análises temporais, o que torna mais difícil isolar causas que geram impactos na variável de interesse. Pode ser realizada análise reflexiva para estimar efeitos dos programas com a comparação de resultados obtidos pelos beneficiários antes e depois do programa. É possível ainda utilizar dados secundários para construir grupos de controle que possam ser comparados aos dados primários de grupos de tratamento.

Nesse caso, é preciso esclarecer que o “pseudogrupo de controle” pode não se referir às mesmas unidades geográficas do grupo de tratamento, já que dados secundários geralmente são adquiridos de agregações geográficas maiores.

Em geral, assim como em outras atividades das Ciências Humanas, não possuímos experimentos controlados. Por isso, precisamos deixar claras as limitações de nossas análises. Muitos estudos que visam realizar avaliação de impactos de políticas usam métodos inapropriados para inferir sobre a causalidade entre dois eventos. Há confusão entre o que é uma associação (correlação) entre variáveis e o que pode ser inferido como uma relação causal. É claro que análises descritivas apresentadas na forma de correlações entre variáveis possuem o seu valor. Porém, há um risco de realizar análises, mesmo que por meio de regressões ou outros métodos estatísticos, sem explicar os limites das análises, quanto à estimação e interpretação de causalidades. Os pesquisadores, muitas vezes, examinam suas regressões pensando na causalidade entre eventos, sem especular sobre os mecanismos e problemas implícitos nesta análise, tais como: relações espúrias, efeitos de variáveis não observadas ou omitidas, problemas de causalidade reversa, problemas de autosseleção, valores extremos (“outliers”), valores em branco (“missing”) e amostras não probabilísticas.

Sabemos que é difícil possuir dados que permitam estimar modelos que levem em consideração diferentes direções de impactos diretos e indiretos entre as variáveis (modelos de equações estruturais). Também não é comum possuir dados que permitam mensurar diferentes níveis de impactos das variáveis (individuais, domiciliares, escolares e municipais, por exemplo), o que possibilitaria a estimação de modelos hierárquicos. Apesar dessas limitações, muito pode ser realizado com diferentes técnicas estatísticas na avaliação de efeitos e impactos de políticas públicas, mesmo com modelos de análises quase-experimentais e não experimentais.

Este livro busca apresentar os resultados de trabalhos ligados à aplicação de diferentes técnicas quantitativas na avaliação de políticas públicas. O intuito é de que estas análises possam ser utilizadas didaticamente em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil que tenham o intuito de apresentar exemplos de análises empíricas a alunos de cursos em Ciências Sociais Aplicadas. A especificidade das análises aqui realizadas é que são acessíveis a um público menos preocupado em formulações matemáticas e mais interessado em entender aplicações estatísticas a problemas do mundo social.

Os capítulos deste livro são provenientes de pesquisas realizadas durante atividades de ensino e orientação no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 29 de junho de 2009 a 1º de agosto de 2014. Na graduação em Gestão Pública, ministrei os cursos de Metodologia (2010/1, 2010/2, 2011/1, 2012/1 e 2014/1), Avaliação de Políticas Públicas (2011/1, 2011/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1, 2013/2 e 2014/1) e Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas (2013/1). Na graduação em Ciências Sociais, ministrei o curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas (2010/1). Na pós-graduação em Ciência Política, ministrei a disciplina de Metodologia de Pesquisa (2010/2, 2011/2, 2012/2 e 2013/2) e Problema de Desenho e Análise Empírica (2010/2). No Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas, ministrei a disciplina de Análise de Regressão Linear (2011, 2012 e 2013). De 2010 a 2013, também tive a oportunidade de orientar graduandos em Gestão Pública e Ciências Sociais, além de mestrandos em Ciência Política.

Os dez primeiros capítulos do livro são originários de orientações que realizei no departamento. Os dois capítulos finais são provenientes de meus ex-alunos e de colegas da faculdade. Todos os capítulos foram padronizados de forma que tivessem entre 9.000 e 11.000 palavras. Além disso, os estudos apresentam as seções de resumo, palavras-chave, introdução, contextualização, estratégia de pesquisa, resultados, considerações finais e referências bibliográficas. Com isto, buscou-se fazer com que o livro tivesse uma leitura dinâmica, além de se assemelhar com o formato de revistas científicas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Iara Lima Vianna de 2010 e faz uma discussão bibliográfica da utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. Há a ênfase de que estudos de avaliação de políticas públicas são raros no país, sendo necessário aumentar análises com técnicas quantitativas, com avaliação participativa e com preocupações de sustentabilidade.

O segundo capítulo faz uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos com base no Censo Demográfico de 2010. Esse estudo busca averiguar se as condicionalidades de educação deste programa estão surtindo efeito entre os beneficiários. A análise foi realizada em coautoria com meu orientando de mestrado em Ciência Política, Guilherme Quaresma Gonçalves. Foram estimados modelos logísticos com a opção de conglomerados (“cluster”).

O terceiro capítulo apresenta uma análise da redução da taxa de distorção idade/série no país, com base em dados do Censo Escolar. Modelos de mínimos quadrados ordinários foram estimados com a opção de efeitos fixos. O intuito é de apurar se tal redução coincidiu com o período de implementação de políticas de transferência de renda condicionadas à educação. Este trabalho é a base da monografia de graduação em Gestão Pública de Samantha Haussmann Rodarte Faustino de 2013 e foi realizado com auxílio de outro aluno do mesmo curso, Fábio César Araújo Costa.

O estudo de Dandara Bispo Pimenta também foi realizado para servir de monografia do curso de Gestão Pública em 2013. Este quarto capítulo investiga com modelos logísticos se professores da educação básica do país

passaram a ter mais chances de possuir ensino superior completo, após a implementação de cursos a distância e semipresenciais, como é o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O estudo sobre a política pública do bônus sociorracial, implementado por alguns anos no concurso vestibular da UFMG, serviu de base para a monografia de Ciências Sociais de Alan Vítor Coelho Neves de 2011. Este quinto capítulo averigua quais características dos estudantes estão associadas ao recebimento desta política, com a estimação de modelos logísticos multinomiais. Também é analisado o impacto desta política na nota dos alunos no vestibular com modelos de mínimos quadrados ordinários. O professor André Braz Golgher do Departamento de Ciências Econômicas fez parte da banca de defesa desta monografia e contribuiu para o aperfeiçoamento desse estudo.

O sexto capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Bárbara Avelar Gontijo de 2011. Esse estudo busca avaliar qual o impacto de cursos de ensino profissionalizante no rendimento e na chance de estar empregado dos indivíduos, com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais. Com estes objetivos, foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários para prever os rendimentos dos trabalhadores, além de modelos logísticos para estimar a chance dos indivíduos estarem empregados.

O trabalho de Natália Almeida Fares Menhem foi realizado em 2010 e fez parte de sua monografia de graduação em Ciências Sociais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 foram explorados com estatísticas descritivas e análises espaciais para entender o comportamento de diferentes indicadores de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O oitavo capítulo é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, em conjunto com a professora Magna Maria Inácio do Departamento de Ciência Política e com a assistente de pesquisa Fabrícia de Almeida Costa que era graduanda em Ciências Sociais. Esse estudo aplicou questionários domiciliares em amostras probabilísticas de bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte que receberiam ou estavam recebendo benefícios de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para essa coleta e análise de dados primários, foi realizado um plano amostral e consequente investigação descritiva dos dados.

O capítulo nove é resultado da monografia de Pedro Cisalpino Pinheiro de 2013 e investiga quais os determinantes da ocorrência de internações hospitalares. Há uma ênfase na análise do impacto das condições crônicas de saúde, com a estimação de modelos de regressão logísticos. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

O décimo capítulo surgiu de trabalho da disciplina de Avaliação de Políticas Públicas da graduação em Gestão Pública, ocorrida no primeiro semestre de 2013. Selecionei dois alunos dessa disciplina (Guilherme Andrade Silveira e Isabella Rafael Horta Londe) com base em suas notas no semestre e em uma prova realizada com esse propósito específico. A também graduanda em Gestão Pública, Samantha Haussmann Rodarte Faustino, foi monitora dessa disciplina e é uma das autoras deste trabalho. A ideia foi elaborar modelos de mínimos quadrados ordinários com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para estimar a correlação do recebimento de diferentes benefícios (auxílio para moradia, auxílio para alimentação, auxílio para transporte, auxílio para educação/ creche e auxílio para saúde) no rendimento de trabalhadores.

O capítulo onze sobre avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi realizado pelo Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves do Departamento de Sociologia, pela empreendedora pública Florence Fiuza de Carvalho e pela Professora Daniete Fernandes Rocha. Nesse estudo foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de Censos Demográficos.

O décimo segundo capítulo investiga como a política pública do Parlamento Jovem, implementada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), apresentou impacto na confiança dos jovens em instituições políticas. Este trabalho serviu de base para a monografia de graduação em Gestão Pública de Guilherme Quaresma Gonçalves de 2012, sob orientação do Professor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política.

A investigação também contou com auxílio do doutorando em Ciência Política Gabriel Ávila Casalecchi. Foram estimados modelos de regressão ordinais com a opção de conglomerado (“cluster”) para analisar dados primários coletados de jovens que participaram e que não participaram da política da ALMG.

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008

Guilherme Quaresma Gonçalves
Gabriel Ávila Casalecchi
Mario Fuks

Resumo: O Parlamento Jovem (PJ) é um projeto de educação cívica realizado em Minas Gerais, elaborado e implementado por meio da parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Ele foi criado com o intuito de fornecer aos alunos participantes uma oportunidade de participação direta no Parlamento mineiro. O PJ busca estimular a formação política dos jovens e conduzi-los a um exercício de participação democrática nas questões relevantes para a comunidade, propiciando um espaço para vivência em situações de ensino e pesquisa e, ao mesmo tempo, incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania. O presente capítulo propõe uma avaliação do impacto do projeto sobre a confiança que os participantes do projeto apresentam em três instituições – Congresso Nacional (CN), ALMG e Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) – utilizando um banco de dados elaborado em 2008, sob a coordenação do Professor/Doutor Mario Fuks (Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG)). A avaliação será feita sobre a ótica de um estudo quase-experimental, com informações antes e após a participação dos jovens no PJ e grupo de controle. Mediante análise multivariada, constatou-se que, após a realização do projeto, os alunos do grupo de tratamento passaram a confiar mais nas

instituições, principalmente na ALMG, em relação aos alunos do grupo de controle.

Palavras-chave: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Parlamento Jovem. Educação cívica. Confiança nas instituições.

1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo avaliar o impacto do Parlamento Jovem (PJ) de Minas Gerais nas atitudes políticas dos seus participantes, particularmente na confiança que eles têm sobre a ALMG, assim como outras instituições legislativas. O Parlamento Jovem é um projeto elaborado no contexto de inovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Realizado anualmente, ele reúne alunos do ensino médio do estado para que, durante um semestre, sejam desenvolvidas uma série de atividades de caráter político pedagógico, sendo que, ao final, um documento oficial é elaborado e enviado à Comissão de Participação Popular da ALMG. O Parlamento Jovem busca, dessa forma, estimular a formação política dos jovens, na direção de uma cidadania participativa e democrática.

Apesar de todo o esforço dispendido pela ALMG, quais são os resultados efetivos do Parlamento Jovem em termos de mudanças de atitudes dos seus participantes? Durante muito tempo, a literatura sobre socialização política foi cética a respeito de mudanças. Segundos os primeiros estudos, a socialização primária, com base na família e educação, são determinantes nas atitudes políticas dos indivíduos, restando pouco espaço para a interferência de eventos externos (Hyman, 1959; Almond e Verba, 1964; Easton e Dennis, 1969). Todavia, estudos mais recentes têm relativizado esse argumento, demonstrando como certos tipos de eventos políticos podem exercer grande influência sobre os indivíduos (Jennings e Niemi, 1974; Jennings e Markus, 1984; Sigel *et al*, 1989). Os programas de educação cívica são um exemplo marcante desses eventos. Ao mobilizarem um grande fluxo de informações em um curto período de tempo, os programas de educação cívica são capazes de disseminar uma enorme quantidade de informação, estimulando a reavaliação das atitudes, assim como da participação.

Diante dessas considerações, nossa hipótese é de que o Parlamento Jovem seja capaz de proporcionar essa mudança em seus participantes. Para testá-la, utilizamos aqui um banco de dados desenvolvido pela pesquisa “O Parlamento Jovem como um espaço de socialização política”, realizado na edição de 2008 do PJ. O desenho de pesquisa segue a lógica da pesquisa quase-experimental, com informações coletadas antes do início do programa e após, além de grupos de controle e tratamento.

Os resultados da pesquisa demonstram que, de fato, o Parlamento Jovem é eficiente em promover uma mudança de atitude dos seus participantes. Ao final no programa, os participantes do PJ passaram a confiar mais nas instituições, quando comparado aos não participantes. Isso mostra que, confirmando os estudos mais recentes de socialização política e educação cívica, eventos políticos que conseguem mobilizar um intenso fluxo informacional e que proporcionam uma experiência direta de participação com o mundo político, são capazes de romper com a potencial permanência das atitudes políticas adquiridas na socialização política primária. Mesmo sendo controlada por uma série de outras variáveis que envolvem o ambiente familiar, escolar, além de outras experiências de socialização, a participação no PJ exerceu efeitos significativos sobre seus participantes.

2. Contextualização

2.1. Socialização, educação cívica e mudança de atitudes

Do ponto de vista teórico, o Parlamento Jovem pode ser observado à luz dos estudos de socialização política e educação cívica. Na definição do *Handbook Socialization*, o termo “socialização” refere-se ao processo em que os indivíduos assimilam e internalizam os valores e padrões de comportamento da cultura na qual eles estão inseridos (Maccoby, 2007). A socialização política, especificamente, diz respeito aos processos de aprendizado a partir dos quais as pessoas adquirem as orientações e padrões de comportamento político de uma determinada sociedade ou grupo (Greenstain, 1968; Easton e Dennis, 1969).

As pesquisas clássicas de socialização política (Hyman, 1959; Easton e Dennis, 1969) descreveram esse processo através de três características básicas: 1) a socialização política começa nas primeiras fases da vida, ainda na infância; 2) as atitudes adquiridas nessa fase são cristalizadas e resistem às mudanças ao longo de tempo; 3) a família, em primeiro lugar, e a escola, em segundo, são as principais agências de socialização da sociedade.

Não demorou, no entanto, para que essa primeira visão fosse contestada, já na década de 1970. Em um clássico estudo de painel (os mesmos indivíduos são observados em três ou mais momentos no tempo), Jennings e Niemi (1974) demonstraram que embora algumas atitudes realmente fossem muito resistentes a mudanças, como a identificação ideológica e partidária, essa não era a regra. Em geral, as demais atitudes eram mais maleáveis ao longo do tempo, mudando na adolescência ou na juventude. Em um trabalho posterior, Jennings e Markus (1984) demonstram a importância de outros agentes de socialização nesse processo, como a universidade e o trabalho, relativizando os papéis até então quase exclusivos da família e da escola. Em outro estudo, Sigel (1989) e colaboradores defenderam a importância dos eventos políticos no processo de socialização. Em períodos de grande mudança social, como em guerras ou depressões econômicas, os indivíduos estão mais sujeitos a pressões externas impostas por mudanças da própria sociedade.

Por meio de uma pesquisa com dados de painel, Sears e Valentino (1997) apontam o papel das eleições no processo de aquisição de conhecimento e de mudança de atitudes políticas. Segundo eles, eventos políticos, como as eleições, são importantes na medida em que conseguem, ao contrário dos períodos convencionais, mobilizar um intenso fluxo informacional. A exposição quase que diária à política exerce um efeito “catalisador” na obtenção de informações que, por sua vez, alteram o quadro de atitudes políticas. Para Sears e Valentino (1997), aqueles que têm mais a ganhar no final do evento, em termos de aquisição de conhecimento e cristalização de atitudes, são os que têm menos, no ponto de partida. Ao comparar jovens em sua primeira eleição, com adultos que já passaram por várias eleições, eles demonstram que os primeiros começam com menos conhecimento e com opiniões menos cristalizadas, porém, no decorrer da campanha, essas diferenças são niveladas.

Em outras palavras, sem um estoque de eventos prévios, os jovens adquiriram novos conhecimentos e também formaram novas opiniões.

Alinhadas a essas últimas pesquisas que dão ênfase na força dos eventos políticos, os programas de educação cívica dão uma importante contribuição no estudo dos processos de aquisição de conhecimento e mudanças de atitudes. A educação cívica é concebida aqui como um evento político, no qual determinadas pessoas são reunidas por um curto período de tempo e expostas a uma grande quantidade de informações, atividades ou debates, com o objetivo de promover maior competência cívica (Finkel, 2003). Elas podem ser de natureza periódica, como uma matéria lecionada em sala de aula (Campbell, 2008), ou de natureza episódica, como programas realizados por governos e entidades apoiadoras em uma determinada população (Luskin e Fishkin, 2002; Finkel e Ernst, 2005; Finkel e Smith, 2011). De forma geral, os estudos de educação cívica demonstram que as atitudes políticas são muito mais maleáveis do que supunham os primeiros estudos de cultura e socialização políticas (Almond e Verba, 1964; Hyman, 1959; Easton e Dennis, 1969), desde que imersas em um ambiente de alto fluxo informacional e de experiências reinteradas. Em outras palavras, as atitudes podem ser reavaliadas a partir de um processo de aquisição de novas informações e de uma dinâmica de participação ativa e contínua (Finkel, 2003).

Em um estudo comparativo da Polônia, África do Sul e República Dominicana, Finkel (2003), por exemplo, aponta que os programas de educação cívica realizados nesses países são capazes de promover não só uma maior participação política, como também maiores níveis de conhecimento e de tolerância política. Em outro trabalho, Finkel e Smith (2011) reforçam esse argumento ao estudar através de um desenho de pesquisa quase-experimental os efeitos de um programa nacional de educação cívica no Quênia. Segundo os autores, os participantes do programa adquirem não só maior participação política, como também maior conhecimento, quando comparados àqueles que não participaram do programa. Mais do que isso, além desses efeitos diretos, os autores demonstram a existência de efeitos indiretos, conforme os participantes do programa compartilhavam suas experiências e informações com a família e amigos.

Diante dessas considerações teóricas, podemos enquadrar o Parlamento Jovem (PJ), objeto de estudo neste capítulo, em termos teóricos, como sendo, ao mesmo tempo, um evento de socialização política, no sentido apresentado por Sears e Valentino (1997), assim como um programa de educação cívica, conforme o enquadramento de Finkel (2003) e Finkel e Smith (2011). Em termos práticos, isso significa reconhecer, por um lado, que o Parlamento Jovem é um evento de socialização política na medida em que representa uma atividade externa às agências de socialização primária, capaz de mobilizar um intenso fluxo de informações, fora dos padrões cotidianos. Por outro, também é um programa de educação cívica, já que seu objetivo é a promoção de maior competência cívica democrática. Em suma, ao enfatizar essas duas abordagens, o Parlamento Jovem é tomado como um evento de curta duração, de intenso fluxo de informações e de atividades políticas, voltadas para um objetivo final que é a aquisição de maior competência política. São essas características que distinguem o Parlamento Jovem de outros eventos políticos.

2.2. Inovação institucional e o Parlamento Jovem Mineiro

O Parlamento Jovem não é uma exclusividade de Minas Gerais. Na realidade, diversos outros eventos da mesma natureza são realizados não só no Brasil, mas no mundo (Cosson, 2008). Eles são variados e podem apresentar diferenças quanto ao seu formato, regras, público e entidade promotora. Alguns eventos, por exemplo, são promovidos por organizações da sociedade civil sem laços com o poder público, como é o caso da do *Oxfam International Youth Parliament*¹ que reúne jovens líderes e ativistas de vários países para discutir e propor ações de mudanças sustentáveis em suas comunidades.

Mais comum, no entanto, são os eventos vinculados às práticas legislativas. Nesses casos, conjuntamente às discussões realizadas sobre um determinado tema, existe uma prática de simulação parlamentar, em que os participantes exercem atividades similares àquelas realizadas pelos parlamentares, tais como debate, discussão e votação de projetos. Um exemplo

1. <http://oiyp.oxfam.org.au/>, acesso em: 11/12/2011.

consolidado é o *European Youth Parliament* (EYP)², desenvolvido desde 1987, e que, todo ano, reúne mais de 300 jovens de 16 a 22 anos de mais de 32 países para participar, em um período de mais ou menos duas semanas, de uma série de atividades – reuniões em comissões, análise e deliberação de propostas, votação – similares as exercidas pelo Parlamento Europeu.

No Brasil, existe uma série de atividades semelhantes a essa última. Eventos pioneiros nesse sentido são o *Deputado por um dia*, no Rio Grande do Sul, e o *Parlamento Jovem Paulista*, em São Paulo, ambos com início em 1999. Vinculados às casas legislativas de cada estado, eles seguem a lógica da simulação parlamentar, reunindo jovens adolescentes para participar de uma série de atividades semelhantes àquelas exercidas pelos deputados estaduais. O sucesso desses eventos estimulou a criação de outros, tais como o Parlamento Jovem Cearense, o Parlamento Juvenil do Rio de Janeiro, o Parlamento Mirim do Mato Grosso, assim como outros eventos municipais, e, também, uma versão nacional, o Parlamento Jovem Brasileiro.

Diante dessa pluralidade de eventos, como entender o processo específico de criação do Parlamento Jovem Mineiro, objeto de estudo desse capítulo? Para responder tal questão é importante ressaltar que a versão mineira faz parte de um processo mais amplo de inovação institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Anastasia, 2001). Segundo Anastasia (2001), é possível observar no interior da ALMG um forte processo de mudança institucional desde o final da década de 1980 e, mais fortemente, no início da década de 1990. Esse processo envolve, por um lado, um movimento de reestruturação organizacional e, por outro, o de maior interlocução com a sociedade civil.

Um importante marco em relação a sua estrutura organizacional pode ser observado mediante o processo de separação entre o corpo técnico e o político. Em 1987, a Deliberação da Mesa nº.342/87 limita a lotação de servidor efetivo em gabinete e, em 1990, por meio da resolução nº.5086/90, a ALMG estabeleceu que, além de concursados, o seu corpo técnico serviria, exclusivamente, a estrutura administrativa da casa. Nos anos subsequentes, foram realizados concursos públicos para a contratação de pessoal especializado nas diversas áreas temáticas da produção legislativa (Assis, 1997; Anastasia, 2001).

2. <http://www.eypej.org/>, acesso em: 12/11/2011.

Na esteira dessas mudanças, a casa legislativa mineira desenvolveu a primeira Escola do Legislativo do país, oferecendo formação e qualificação profissional ao seu corpo técnico, além de uma série de atividades pedagógicas no sentido de fomentar a “educação para a cidadania” (Assis, 1997). Outro esforço pioneiro pode ser encontrado no processo de informatização, com a disponibilização de todos os atos legislativos – desde os projetos de leis aos anais da casa – no site da ALMG (Dulci e Faria, 2005). Somam-se a essas inovações outras medidas, como a reestruturação de departamentos, secretarias e gerências e a criação de novos órgãos: como a Gerência de Projetos Institucionais, a Secretaria de Comunicação Institucional, o Centro de Atendimento ao Cidadão, a Secretaria de Projetos Especiais e o Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional.

Para além da modernização e qualificação do quadro técnico, a ALMG investiu também em mudanças na sua estrutura organizacional no sentido de promover uma maior interlocução com a sociedade mineira (Assis, 1997; Anastasia, 2001). Dentro desse objetivo, foram concebidos novos canais de participação como os Ciclos de Debates, as Audiências Públicas Regionais, a Comissão Permanente de Participação Popular, as Conferências Estaduais, os Fórum Técnicos e os Seminários Legislativos.

Por iniciativa da Escola do Legislativo em parceria com o curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) o Parlamento Jovem foi criado em meio a todo esse processo de reforma institucional. Formalmente, ele é considerado pela Escola do Legislativo como uma forma de Seminário Legislativo, uma vez que, após todas as suas etapas, um documento final é elaborado e levado à comissão popular. Mas, para além desse objetivo, o Parlamento Jovem é, também, um evento de aprendizagem política, expressão da filosofia da Escola do Legislativo centrada na educação para a cidadania, e que tem como objetivo a formação e qualificação dos indivíduos em cidadãos mais bem informados, participativos, ativos na vida pública e nos problemas do estado (Cosson, 1998; Carvalho, 2009).

O Parlamento Jovem é realizado anualmente e envolve alunos do curso de Ciências Sociais e de escolas de Ensino Médio da região metropolitana de Belo Horizonte. Desde a edição de 2012, o projeto passou e envolver

outras cidades de Minas Gerais. O PJ começa com um curso de formação para alunos da PUC-MG que atuarão como monitores e com o convite encaminhado pela universidade às escolas para que indiquem seus alunos e um tema que consideram interessante para debate. Os temas mais citados são selecionados e, posteriormente discutidos em palestras feitas por técnicos da Assembleia e debatidos com todos os participantes para que sejam votados. O tema vencedor é, posteriormente, subdividido em três subtemas em comum acordo entre as escolas e a equipe técnica do PJ para favorecer o processo de discussão e elaboração do documento final. Uma vez selecionadas as escolas e o tema, os alunos participam de oficinas de entrosamento, mesa de debates sobre os subtemas do ano, oficina de redação para ensinar o formato do documento final, oficina de teatro para desenvolver a expressão em público e cursos sobre política e o Parlamento, preparando-se a sessão plenária. Além dessas atividades, os alunos começam a elaborar, com a ajuda dos monitores, propostas de ações para o poder público, as quais são posteriormente consolidadas por técnicos da Assembleia Legislativa e redistribuídas às escolas para constituir o documento final. Esse documento é discutido em duas etapas. Na primeira, ele é debatido em grupos de trabalho temáticos para se obter uma prévia da redação final, em uma das salas da Escola do Legislativo. Na segunda etapa, coordenada por um monitor da PUC-MG e os alunos relatores de cada escola, há uma apreciação e votação no Plenário da Assembleia Legislativa do documento final. Esse, após aprovação pela maioria simples dos participantes, é encaminhado à Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, que o analisa e faz a sua tramitação no âmbito do Poder Legislativo.

O Parlamento Jovem está na sua quinta edição. Na edição de 2008, foco deste capítulo, o tema proposto foi “Violência Juvenil”. Participaram os seguintes colégios: Colégio Frei Orlando - Unidade Carlos Prates; Colégio Frei Orlando - Unidade Alípio de Melo; Colégio Loyola; Escola Santo Tomás de Aquino; Escola Municipal Walt Disney; Colégio Tiradentes - Unidade Gameleira; Colégio Tiradentes - Unidade Santa Teresa. Desde 2010, o projeto ganhou o interior do estado, passando a contar com a parceria das câmaras municipais mineiras. Nos municípios, as câmaras mobilizam escolas do ensino médio e superior, órgãos públicos, empresas e organizações da

sociedade civil, para viabilizar o projeto, formando assim uma extensa rede de educação legislativa em todo o Estado.

Dentre os objetivos oficiais do PJ estão: 1) estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento; 2) levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade; 3) propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões; 4) incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a Cidadania.

Embora escassos, existem estudos importantes a respeito dos efeitos do Parlamento Jovem Mineiro. Entre eles, destaca-se a pesquisa realizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks, “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, que investiga os efeitos do PJ da edição de 2008. O trabalho realizado por Fuks e Casalecchi (2012), demonstra que o projeto é um evento capaz de proporcionar maior conhecimento político e mudanças de atitudes em seus participantes. Os autores referem-se a essas mudanças como um “ganho” na medida em que, mediante o maior conhecimento político, os participantes do projeto passam a valorizar os esforços institucionais da ALMG, a ter uma imagem mais positiva e demonstrar maior confiança na instituição. Em outro artigo, Fuks (2010) traz outros padrões de mudança proporcionados pelo PJ, distinguindo os seus diferentes períodos de efeitos, que podem ser diretos, indiretos ou tardios. Os efeitos diretos correspondem a mudanças que ocorrem diretamente sobre o participante, enquanto os efeitos indiretos seriam sobre outras pessoas de seu ambiente social (pais, irmãos, amigos, etc), ou seja, do seu ambiente de socialização. O trabalho de Casalecchi (2012) mostra que, além da confiança na ALMG, os participantes do PJ também adquirem uma imagem mais positiva da instituição, considerando-a mais inovadora, independente, aberta à população e transparente. Gonçalves (2013), por sua vez apresenta resultados sobre os ganhos no conhecimento político dos jovens participantes. O que o autor define como ganho é o maior número de acertos em questões que envolvem a citação de deputados

e de órgãos dos legislativos. Foi observado que, após a participação, há um aumento nessa dimensão.

Com foi observado na literatura, o PJ apresenta diversos retornos positivos, especialmente sobre a confiança nas instituições. A partir disso, este trabalho busca identificar o impacto do projeto sobre a confiança dos alunos sobre três instituições: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara municipal de Belo Horizonte. A hipótese a ser testada é a de que os alunos participantes passam a apresentar maior confiança nas instituições, uma vez que começam a compreender sua estrutura e dinâmica interna.

3. Estratégia de pesquisa

O componente central da metodologia da pesquisa se baseia em modelos experimentais e quase-experimentais de investigação (Campbell e Stanley, 1979; Cohen e Franco, 2009). Os modelos experimentais são aqueles em que há grupo de tratamento e controle, informação antes e após o tratamento e os indivíduos são escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador, ou seja, todos os indivíduos do universo estabelecido apresentam a mesma chance de comporem a amostra final. O modelo quase-experimental se difere do anterior por não possui o caráter aleatório. Por fim, temos o modelo não experimental. Ele pode ter três formatos. O primeiro seria aquele em que há dados no tempo antes e após o tratamento, mas não há grupo de controle. No segundo, não há informação antes do tratamento, mas há grupo de tratamento e controle. Por fim, o último formato decorre da existência de informação em dois momentos após o tratamento, mas não há grupo de controle. Em todas estas possibilidades prevalece a não aleatoriedade. (Cohen e Franco, 2009). Os modelos experimentais e quase-experimentais são muito mais comuns nas ciências naturais – em particular nas ciências biológicas e da saúde –, pois dificilmente conseguem ser desenvolvidos nas ciências humanas ou sociais aplicadas, principalmente por questões éticas.

As dificuldades muitas vezes observadas não devem representar um impedimento para que cientistas sociais desenvolvam pesquisas baseadas em modelos experimentais ou quase-experimentais, mas um estímulo ainda

maior pela busca de resultados substantivos. Os estudos aplicados de avaliação de políticas públicas, em particular, têm servido de exemplo. Eles visam a frequentemente aplicar modelos experimentais ou quase-experimentais em suas pesquisas (Neves et. al. 2007).

As principais vantagens dos modelos citados acima dizem respeito ao grau de controle alcançado. Há dois mecanismos principais que podem ser aplicados: aleatoriedade e emparelhamento. Apenas o segundo pode estar presente em uma pesquisa baseada em delineamentos quase-experimentais. O desenho de pesquisa do Parlamento Jovem é um desenho quase-experimental com grupo de controle, sem aleatoriedade, mas com emparelhamento. A aleatoriedade não pode ser feita, em função da natureza do projeto, já que a escolha dos indivíduos que participarão do Parlamento Jovem está fora da alçada dos pesquisadores. O emparelhamento foi feito por meio da seleção de estudantes de outras escolas que não as escolhidas para participar do PJ, mas que são semelhantes àquelas em uma série de características, como sexo, idade e série que cursa no ensino médio, mas sem realizar testes por meio do escore de propensão. Há dois momentos de mensuração dos dados: o primeiro se deu ao início do projeto – tempo 0 - e o segundo – tempo 1 - se deu ao final (Quadro 1).

Quadro 1

Modelo da pesquisa desenvolvida pelo Parlamento Jovem, Minas Gerais – Brasil, 2008

Grupo	Antes	Política	Depois
Tratamento	T_0	Parlamento Jovem	T_1
Controle	C_0	-	C_1

*O tempo antes da política corresponde a abril de 2008 e o tempo depois corresponde a julho de 2008.

O banco utilizado foi coletado em 2008, ano da quinta edição do PJ. Participaram sete escolas, sendo três públicas e quatro particulares, totalizando cento e sessenta alunos. Incluindo os alunos das escolas não participantes do Parlamento Jovem, foram aplicados 335 questionários no início

do projeto e mais 335 no final do projeto. Destes, 168 alunos pertenciam ao grupo de tratamento e 167 com ao grupo de controle. O método escolhido foi a regressão logística ordinal (Long e Freese, 2001), em função da natureza das variáveis dependentes. Elas podem assumir quatro valores em uma perspectiva de ordem, como será descrito na explicação tanto dos fatores explicativos, quanto dos fatores a serem estudados.

Os resultados aqui apresentados são para 294 alunos em vez dos 335 que foram coletadas, pois foram excluídos aqueles que se inscreveram, mas não participaram efetivamente do Parlamento Jovem. O banco foi elaborado em formato de painel e por isso foi utilizada de forma complementar à análise multivariada um controle por variável defasada, ou seja, a condição da variável dependente antes da implementação da política, neste caso, a confiança inicial dos jovens em cada umas das três instituições citadas. Em alguns casos, suspeitamos que uma ou mais variáveis independentes sejam correlacionadas com uma variável omitida, mas não temos ideia de como obter uma *proxy*. Nesses casos, incluímos a variável dependente de um período anterior como variável independente.

Como variáveis independentes, foram selecionadas a variável de participação do Parlamento Jovem, sendo 1 para os participantes e 0 para não participantes; um fator com a escolaridade dos pais; três variáveis dicotômicas para as escolas classificadas pelo tipo, se escola pública militar, ou particular de classe média ou particular de elite; duas variáveis dicotômicas que mostram a série em que se encontram os alunos; uma variável de exposição aos meios de comunicação; duas variáveis de outras experiências de socialização, sendo 1 para aqueles que participaram e 0 caso o contrário e as variáveis defasadas, ou seja, a condição prévia – variável no tempo $t-1$ – de cada uma das dependentes. Foram incluídas inicialmente três variáveis de avaliação de cada instituição, sendo utilizada de acordo com a variável dependente. Entretanto, pela dificuldade empírica do aluno distinguir o conceito avaliação de confiança, optou-se por não incluir a variável.

Outras variáveis independentes também foram testadas no modelo, tanto relacionadas à cultura política, como aquelas variáveis de características individuais dos alunos. Mas, como o tamanho da amostra já é reduzido – 294

alunos –, optou-se por um modelo final mais parcimonioso. A construção detalhada dos termos independentes e dependentes está apresentada abaixo.

Variáveis dependentes

Confiança na ALMG – Foi feita a pergunta “Em relação à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”

Confiança no Congresso Nacional – Foi feita a pergunta “Em relação ao Congresso Nacional, você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”

Confiança na Câmara dos Vereadores – Foi feita a pergunta “Em relação à Câmara dos Vereadores, você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”

Variáveis independentes

Participou do Parlamento Jovem – Foi criada uma variável binária em que 1 = aluno do grupo de tratamento (participante do PJ) e 0 = aluno do grupo de controle (não participou do PJ).

Série – Foi criada uma variável categórica em que 1 = aluno de 1º ano, 2 = aluno de 2º ano e 3 = aluno de 3º ano. Em seguida, essa variável decomposta tem três variáveis binárias que indicam se o aluno participava do primeiro, segundo ou terceiro ano, sendo que o valor 0 = não participa e 1 = participa.

Outras Socializações – Foi perguntado se “Você participa ou já participou de Mini-ONU”, “Você participa ou já participou de Conferência Diplomática”, “Você participa ou já participou de Grupo de estudo sobre política” e “Você participa ou já participou de algum outro projeto voltado para a formação política” sendo 1 para quem participou e 0 para quem não participou. A partir das respostas foram criadas duas novas variáveis. A primeira delas computou quais alunos participaram de Mini-ONU, Conferência Diplomática ou outro projeto voltado para formação política, sendo que 0 = não participou de nenhum desses e 1 = participaram de algum desses. A segunda computou os alunos que participaram de Grupo de estudo sobre política, sendo que 0 = não participaram e 1 = participaram.

Escolaridade dos pais – Foi criado um construto a partir da Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente, de modo a obter apenas uma variável

geral de escolaridade dos pais. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, atribuiu-se os seguintes valores para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (1ª a 4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (5ª a 8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (1º ao 3º ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa).

Variáveis binárias das escolas – Uma das variáveis, em nosso banco de dados, buscava captar em um só indicador o tipo de ambiente escolar frequentado pelo respondente. As categorias definidas foram as seguintes: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Foram criadas variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias. Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$ 520,00, enquanto que as mensalidades das escolas de elite variam entre R\$ 642,00 e 738.00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionalistas”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). As escolas de classe média ficam em regiões menos “nobres” da cidade. No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

Há, entre as variáveis independentes, as condições prévias (variáveis defasadas) para a confiança final em cada uma das instituições. Tal discussão é trazida por Luskin e Fishkin (2002). A condição prévia é utilizada para garantir que todos, de certa forma, comecem no mesmo patamar relativo à sua própria condição inicial. Caso contrário, o resultado ficaria subestimado ou superestimado de acordo com o valor com o qual se começou. Por exemplo, aquele que já tem um grau de confiança máximo na instituição não terá ganho, manterá sua confiança ou passará a confiar menos. A condição prévia é utilizada então para que se evite esse problema.

Esses atributos individuais foram utilizados para, em maior ou menor medida, explicar a participação dos jovens. Essas características formam um “estoque de estímulo ao ativismo, que estará à disposição do indivíduo quando, na vida adulta, novas oportunidades de participação surgirem” (Fuks, 2010).

4. Resultados

A primeira parte da análise de dados busca explorar a mudança de atitude no tempo, desagregando a informação por participante (grupo de tratamento) e não participante (grupo de controle). Serão contempladas as variáveis dependentes “confiança na ALMG”, “confiança no Congresso Nacional” e “confiança na Câmara Municipal de Belo Horizonte”. Mediante a Tabela 1 observa-se que, para a variável confiança na ALMG, os participantes do PJ apresentam menor concentração na categoria “o”, em relação aos não participantes, enquanto na categoria “3”, sendo esta a que demonstra maior confiança na instituição, também apresentam menor percentual. Após o programa, nota-se que os participantes passam a confiar mais na ALMG em relação aos não participantes. Para o grupo de controle, a concentração no tempo 1 na categoria “nunca confia” é 9,5% menor do que no tempo 0 e 150% menor para o grupo de tratamento. Esses percentuais foram calculados pela fórmula $[(\text{confiança}_{T1}/\text{confiança}_{T0}) - 1] \times 100\%$ ³. Já em “confiar às vezes”, para o grupo de controle, vemos que a variação é praticamente nula do tempo 0 para o tempo 1, enquanto para o grupo de tratamento há uma redução de 51,6% após o PJ. Já na categoria “confia na maior parte do tempo” percebe-se um aumento de adolescentes que responderam tal item, tanto para os não participantes quanto para os participantes. Enquanto para o primeiro o aumento foi de 24,2%, para o segundo foi 71,2%. Por fim, temos a categoria “confia sempre”. Aqui a diferença entre os grupos é tão forte quanto no item anterior. Entre os não participantes, há uma redução de 68,8% de pessoas que dizem confiar sempre na ALMG, enquanto, entre os participantes, há um aumento de 183,8% no número de adolescentes que demonstram muita confiança na instituição organizadora do Parlamento Jovem.

3. Ressalta-se que o cálculo foi puramente para analisar a mudança relativa entre dois tempos, sem utilizar qualquer teste estatístico.

A segunda variável dependente, confiança no congresso, é a que apresenta as menores mudanças de atitude em termos percentuais no tempo. Entendemos por mudança de atitude a simples mudança de uma categoria de resposta para outra. Para a categoria “nunca confia”, há uma redução percentual de 88,6% do número de alunos que afirmaram ter tal postura em relação ao Congresso dentro do grupo de controle. Já no grupo de tratamento, observa-se que a redução foi ligeiramente menor, 84,6%. O percentual de não participantes que confiam às vezes na instituição em análise aumentou ligeiramente, 6,5%, enquanto a variação percentual dentre os participantes foi negativa e igual a 7,6%. Ou seja, há uma redução para o grupo de tratamento. Para a categoria seguinte, confia na maior parte do tempo, vemos uma mudança muito pequena para os não participantes, saindo de 11,3% para 13,0%. Já a variação percentual dentro dessa categoria para os participantes é 84,2% e positiva, mostrando forte tendência a uma atitude mais positiva em relação aos não participantes. Por fim, temos que o percentual de alunos, tanto no grupo de controle quanto no grupo de tratamento, é muito pequeno para ambos, assim como a variação. Entre os não participantes, o percentual era 1,3% e foi para 1,6%, enquanto, para os participantes, o percentual foi de 2,5% para 0,9%.

Outra variável dependente em foco é a confiança na CMBH. Para esta, o percentual de não participantes no tempo 1 que nunca confia na CMBH é 15,5% menor do que no tempo 0. Entre os participantes, a concentração é 275,8% menor no mesmo sentido do grupo anterior. Já na categoria confia às vezes vemos que há um aumento 8,1% no tempo 1 para o grupo de controle, enquanto para o grupo de tratamento a lógica é inversa. O percentual de respondentes diminui no tempo 1, com uma redução 5,9%. Os não participantes que confiam na maior parte do tempo na CMBH diminui 32,8% no tempo, enquanto há um aumento de 60,3% dentre os participantes. Por último, o percentual de alunos que sempre confiam na CMBH foi maior no tempo 1 para o grupo de controle do que para o grupo de tratamento. Enquanto para o primeiro o aumento foi de 109,7% o aumento no segundo foi de 96,0%. Ressalta-se que a concentração de pessoas para ambos os grupos que demonstraram tamanha confiança foi pequena dentre grupos. O percentual de participantes com esta opinião foi 4,9% e de não participantes

foi 6,5%, ambos após o PJ. Por meio desses dados podemos afirmar que não há transferência do aumento da confiança por parte dos participantes do Parlamento Jovem para as demais instituições políticas, uma vez que a distribuição dos indivíduos por possibilidade de resposta não é a mesma para as três instituições. Resta uma análise mais aprofundada dos dados, através da análise de regressão logística ordinal. Elas foram estimadas com cluster por escolas, devido ao problema da dependência das observações, já que temos alunos de uma mesma escola, que podem se comunicar e influenciar na opinião um do outro, o que geraria viés no banco. A Tabela 2 traz os valores obtidos pela regressão logística ordinal.

Tabela 1

Freqüência e distribuição percentual do número de participantes e não participantes do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta das variáveis dependentes categóricas.

Variáveis Dependentes	Categorias	Tempo 0				Tempo 1			
		Controle		Tratamento		Controle		Tratamento	
		N*	%	N*	%	N*	%	N*	%
Confiança no Congresso	Nunca confia	24	15,0	10	8,1	19	12,0	8	6,5
	Confia às vezes	116	72,5	95	77,2	112	70,9	81	65,9
	Confia na maior parte do tempo	18	11,3	16	13,0	23	14,6	33	26,9
	Sempre confia	2	1,3	2	1,6	4	2,5	1	0,9
	Total**	160	100	123	100	158	100	123	100
Confiança na ALMG	Nunca confia	13	8,1	5	4,0	12	7,4	2	1,6
	Confia às vezes	81	50,6	62	50,0	99	61,1	50	40,3
	Confia na maior parte do tempo	53	33,1	51	41,1	45	27,8	59	47,6
	Sempre confia	13	8,1	6	4,8	6	3,7	13	10,5
	Total**	160	100	124	100	162	100	124	100
Confiança na Câmara Municipal de BH	Nunca confia	24	14,9	16	12,9	20	12,4	4	3,3
	Confia às vezes	93	57,4	77	62,1	109	67,7	78	63,9
	Confia na maior parte do tempo	40	24,7	23	18,6	28	17,4	34	27,9
	Sempre confia	5	3,1	8	6,5	4	2,5	6	4,9
	Total**	162	100	124	100	161	100	122	100

*N=Tamanho da amostra por possibilidade de resposta.

**A variação de resposta é por causa de indivíduos que deixaram de responder as perguntas no tempo 0 ou no tempo 1.

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa "O Parlamento Jovem como espaço de socialização política", organizada pelo Prof. Dr. Mario Fukus e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Tabela 2

Regressão Logística Ordinal para as variáveis dependentes “Confiança na ALMG”, “Confiança no Congresso” e “Confiança na CMBH”, Parlamento Jovem de Minas Gerais, 2008.

Variáveis Independentes	Confiança na ALMG	Confiança no CN	Confiança na CMBH
Participante do PJ	3,035*** (0,613)	1,647*** (0,278)	2,601*** (0,520)
Fator com a escolaridade dos pais	1,638** (0,334)	1,364* (0,249)	1,731* (0,496)
Escola Pública	Referência	Referência	Referência
Escola Pública Militar	0,497 (0,213)	0,646 (0,271)	0,395** (0,151)
Escola Particular de Classe Média	0,599 (0,226)	0,659 (0,243)	0,393* (0,213)
Escola Particular de Elite	0,394* (0,200)	0,974 (0,353)	0,508 (0,305)
Participou de grupo de estudo antes e/ou durante o PJ	0,975 (0,355)	0,490** (0,165)	0,586 (0,322)
Outra experiência de socialização e/ou durante o PJ	1,336 (0,575)	1,588 (0,757)	1,160 (0,350)
Exposição à informação nos meios de comunicação	1,037 (0,0459)	1,003 (0,0560)	0,994 (0,0641)
Aluno do Primeiro Ano	Referência	Referência	Referência
Aluno do Segundo Ano	1,073 (0,357)	1,084 (0,223)	0,949 (0,369)
Aluno do Terceiro Ano	1,284 (0,629)	1,138 (0,522)	1,554 (0,493)
Var. defasada - Confiança na ALMG	3,059*** (0,680)	-	-
Var. defasada - Confiança no CN	-	2,757*** (0,751)	-

Variáveis Independentes	Confiança na ALMG	Confiança no CN	Confiança na CMBH
Var. defasada – Confiança na CMBH	-	-	3,499*** (0,858)
Corte 1 – Constante	0,196*** (0,0918)	0,263*** (0,0971)	0,186*** (0,110)
Corte 2 – Constante	8,902*** (4,191)	12,70*** (4,430)	11,91*** (6,971)
Corte 3 – Constante	133,2*** (83,43)	275,2*** (134,3)	144,3*** (104,3)
Observações	278	273	277

Erros padrão robustos entre parênteses.

*** significante ao nível de confiança de 99%; ** significante ao nível de confiança de 95%; * significante ao nível de confiança de 90% - (testes bicaudais)

A variação entre o número de observações de cada modelo deve-se a ausência de resposta de alguns indivíduos.

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Em princípio, nota-se que poucas variáveis apresentaram significância estatística, mesmo ao nível de confiança de 90%. No teste monocaudal, a significância estatística foi maior, mas como não há certeza quanto à direção que cada variável deve assumir, optou-se pelo teste bilateral. Além da variável de participação, apenas o fator com a escolaridade dos pais e a condição prévia apresentaram significância estatística para as três variáveis dependentes. Ser estudante de escola de elite apresentou significância para o modelo da variável dependente confiança na ALMG. Participou de grupos de estudos e/ou durante o PJ teve significância para confiança no Congresso Nacional, enquanto ser estudante de Escola Pública Militar e ser estudante de escola particular de classe média apresentaram mesma situação. Mas qual a magnitude de impacto que cada variável teve sobre a confiança nas instituições? Como o objetivo é avaliar o impacto do PJ, é fundamental que se analise a magnitude das principais variáveis. Para essa análise dos

coeficientes, será considerado o efeito *ceteris paribus* (mantendo as demais variáveis constantes).

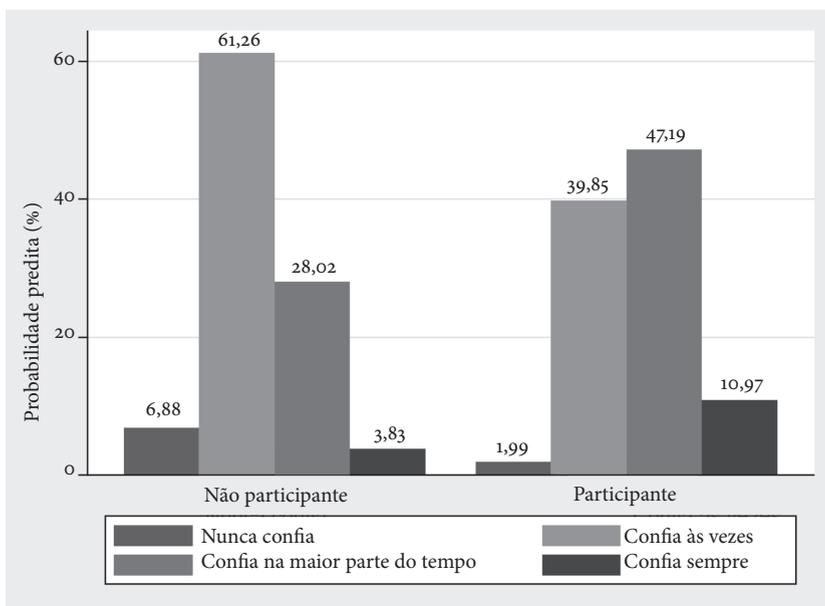
Observando a principal variável de controle – participou ou não do PJ – constata-se que os alunos participantes têm 203,5% a mais de probabilidade de níveis mais positivos de confiança na ALMG em relação ao grupo de controle (Tabela 2). O aumento de uma unidade no fator de escolaridade dos pais aumenta a probabilidade de um nível maior de confiança em 63,8%. Um aluno que estuda numa escola de elite está mais susceptível a desconfiar da ALMG em relação a um aluno de escola pública. Ele possui 60,6% a menos de probabilidade de confiar na instituição. Por fim, um aluno que participou de grupos de estudo antes e/ou durante o PJ possui uma probabilidade positiva de 33,6%, enquanto um aluno do terceiro ano possui probabilidade igualmente positiva de 28,4%. Para ambos os impactos não há significância estatística. Para observar-se a grande diferença do grupo de tratamento em relação ao grupo de controle ainda foi elaborado um gráfico da probabilidade predita para cada uma das categorias (Figura 1). Manteve-se constante as variáveis independentes dos modelos de regressão, com exceção da “participação ou não no PJ”. Para as variáveis binárias, optou-se pela categoria com maior número de respostas. Para a variável contínua, centralizou-se a variável em seu valor médio. Observa-se que a concentração na categoria “confia às vezes” para o grupo de controle é substancialmente maior do que na mesma categoria para o grupo de tratamento. Entretanto, a concentração na opção “confia na maior parte do tempo” e “confia sempre” é maior para os participantes do que para os não participantes.

Para a variável dependente “Confiança no Congresso Nacional (CN)” observa-se um impacto menor da participação no PJ (Tabela 2). Os alunos do grupo de tratamento possuem 64,7% a mais de probabilidade de níveis mais positivos de confiança no Congresso Nacional em relação aos alunos do grupo de controle, mantendo as demais variáveis constantes. Pela Figura 2, constata-se que a variação entre os grupos para as duas categorias mais positivas – “confia na maior parte do tempo” e “confia sempre” – é menor quando comparado à última instituição analisada: a Assembleia Legislativa de MG (Figura 1). Sobre as demais variáveis, o aumento de uma unidade no

fator de escolaridade dos pais aumenta em 1,364 a chance do aluno confiar mais no CN, enquanto ter participado de grupos de estudo antes e/ou durante o PJ reduz a probabilidade de postura mais positiva quanto a confiança em 51%, em relação a quem não participou. Ter participado de outras experiências de socialização - Mini-Onu, Conferência Diplomática e/ou algum outro projeto voltado para a formação política – aumenta a probabilidade de uma maior confiança em 58,8%, mas sem significância estatística.

Figura 1

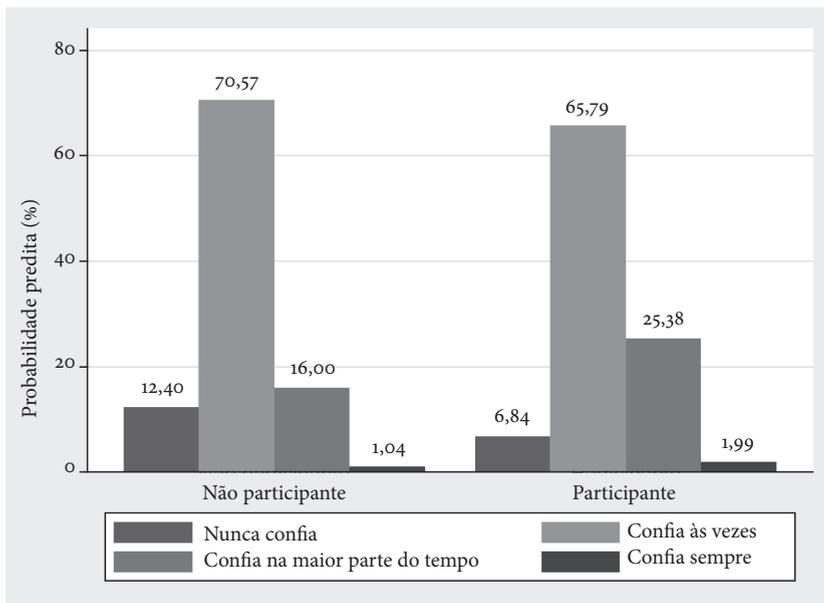
Probabilidade predita na Confiança na ALMG para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Figura 2

Probabilidade predita na Confiança no CN para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.



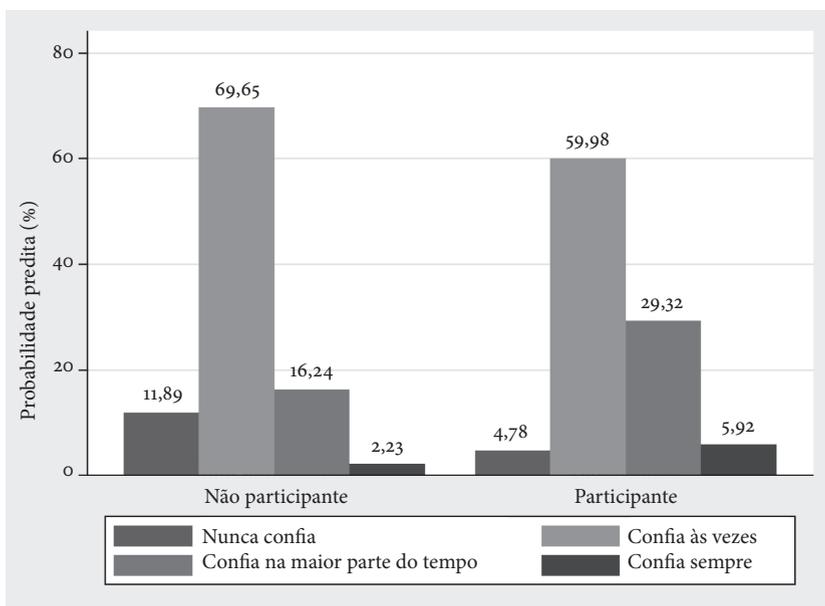
Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A última dependente é a “Confiança na Câmara Municipal de Belo Horizonte”. Mais uma vez, a magnitude do impacto apresentada pela variável “participou do PJ” foi importante. Os participantes têm 160,1% a mais de probabilidade de maior nível de confiança do que o grupo de controle (Tabela 2). Percebe-se, na Figura 3, que a diferença entre participantes e não participantes nas categorias “Confia na maior parte do tempo” e “Confia sempre” é maior para a CMBH do que foi para o CN (Figura 2) e menor do que se encontrou para a ALMG (Figura 1). Para as demais variáveis de controle (Tabela 2), constatou-se que o aumento de uma unidade no fator de escolaridade dos pais aumenta em 73,1% a probabilidade de níveis mais positivos de confiança. Estudar em escola pública militar, escola particular

de classe média ou escola particular de elite apresenta um efeito negativo respectivamente igual a 60,5%, 60,7% e 49,2%, sem significância estatística em todas. Em relação a estudar em escola pública - mantendo as demais variáveis constantes. Ter participado de outras formas de socialização política - Mini-Onu, Conferência Diplomática e/ou algum outro projeto voltado para a formação política – aumenta a probabilidade na confiança em 16,0% (sem significância estatística). Por último, ser aluno do terceiro ano, em relação a ser do primeiro ano, aumenta a probabilidade de confiança em 55,4% (sem significância estatística).

Figura 3

Probabilidade predita na Confiança na CMBH para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mario Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Portanto, percebe-se pelos modelos de regressão logística que os participantes apresentaram ao fim do PJ maiores índices de confiança. A descrição deixou bem claro que, apesar de em alguns momentos a confiança ser similar no tempo 0, no tempo 1 o panorama mudou e os participantes apresentaram índices mais expressivos, mesmo considerando apenas em termos relativos e sem testes estatísticos mais robustos. O Parlamento Jovem mostrou-se eficiente nesta dimensão, uma vez que a confiança dos indivíduos aumentou o longo do tempo.

5. Considerações finais

Como observado durante todo trabalho e de acordo com a revisão bibliográfica voltada para uma análise das mudanças atitudinais e ganhos cognitivos dos jovens de Belo Horizonte, percebe-se um impacto positivo do Parlamento Jovem. Nesta última seção, cabe levantar hipóteses para tais mudanças e pensar em alterações que poderiam ser feitas no projeto para melhorar sua efetividade.

As análises dos dados demonstraram que houve, entre os participantes do Parlamento Jovem, uma importante mudança de atitude em relação à confiança na ALMG. Entretanto, não podemos afirmar que esta mudança foi baseada em uma racionalidade pura, isso porque, não analisamos aqui a relação entre as mudanças de imagem/conhecimento e as mudanças de atitude/confiança da ALMG. Ou seja, não necessariamente os alunos passaram a compreender, a partir de novas informações e conhecimento, a ALMG como uma instituição digna de credibilidade. Isso não pode ser afirmado perfeitamente com o trabalho desenvolvido até aqui. Precisar-se-ia analisar uma terceira dimensão, que seria a imagem da ALMG e o seu conhecimento, mas que por limitações não pode ser contemplado. Entretanto, esta informação pode ser adquirida via outras produções. Casalecchi (2011) apresenta dados robustos indicando que a imagem melhorou com significância estatística e de magnitude. Atitudes mais positivas perante a ALMG poderiam ser explicadas também por causa da afeição desenvolvida durante o projeto, afinal, permeia-se um ambiente até então desconhecido pelo jovem, onde tem acesso aos técnicos e parlamentares. Todavia, Fuks e Casalecchi (2012)

mostram que existem ganhos importantes de conhecimento político, e que esses ganhos estão correlacionados com as mudanças de atitudes, ou seja, aqueles que aprenderam mais sobre a ALMG são justamente os que passam a ter uma imagem mais positiva sobre a instituição. A confiança na CMBH, por sua vez, pode ser explicada pela proximidade local. Por fim, a menor confiança no CN pode ser explicada por constantes denúncias de corrupção em Brasília. Talvez pela maior visibilidade, a desconfiança no legislativo nacional seja mais enraizada na cultura política dos jovens, o que dificulta a sua mudança. Além disso, diferente da ALMG e da Câmara, o Congresso permanece como uma instituição mais distante dos jovens, na qual eles não tiverem oportunidade de ter maior vivência.. Apesar de todas estas hipóteses complementares não se nega a capacidade do PJ como ambiente socializador. Embora a duração do projeto seja curta, ele mostra-se efetivo ao mudar a realidade dos jovens.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A.; & VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ANASTASIA, Fátima. *Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. In: SANTOS, Fabiano (Org.), *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ASSIS, Luiz Fernandes de. *Educando para a Cidadania: A Experiência da Escola do Legislativo*. Educação & Sociedade, 59: p. 367-385. 1997.
- CAMPBELL, D; STANLEY, J. *Delineamentos Experimentais e Quase-Experimentais de Pesquisa*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- CAMPBELL, David E. *Voice in the Classroom: How an Open Classroom Climate Fosters Political Engagement Among Adolescents*, Political Behavior, 30. p. 437-454. 2008.
- CARVALHO, A. V. C. *O Parlamento Jovem e a experiência das Escolas do Legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: O Desenvolvimento da*

- Cultura Cívica, propícia à Democracia. Monografia. Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor, datilo. 2009.
- CASALECCHI, Gabriel Ávila. *Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008*. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, datilo. 2011.
- COHEN, Ernesto; & FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- COSSON, Rildo. *Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia*. Brasília, Edições Câmara, 2008.
- DULCI, O.; & FARIA, M. A. *Diálogo com o Tempo - 170 anos do Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2005.
- EASTON, David; & DENNIS, Jack. *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*. New York, McGraw-Hill. 1969.
- FINKEL, Steven. E. Can democracy be taught?. *Journal of Democracy*, 14: p. 137-151. 2003.
- FINKEL, Steven. E.; & ERNST, H. R. *Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values*. *Political Psychology*, 26, 3. 2005.
- FINKEL, Steven E.; & SMITH, Amy Erica. *Civic Education, Political Discussion and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: The 2002 Kenya*, *American Journal of Political Science*, 55, 2: p. 417-435. 2011.
- FUKS, Mario. *Efeitos Diretos, Indiretos e Tardios: Trajetórias da Transmissão Intergeracional da Participação Política*. *Lua Nova*, 83: p. 145-178. 2010.
- FUKS, Mario.; & CASALECCHI, Gabriel Ávila. *Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro*. Trabalho apresentado a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). 2011.
- GONÇALVES, Guilherme Quaresma. *O parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

- GREENSTEIN, F. I. Political socialization. In: SILLS, D. (Org.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York: Macmillan, 1968.
- HYMAN, Hebert Hiran. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. Glencoe: The Free Press, 1959.
- LONG, J. S.; & FREESE, J. *Regression Models For Categorical Dependent Variables Using STATA*. College Station, Texas, 2001.
- LUSKIN, Robert C.; & FISHKIN, James S. *Considered Opinions: Deliberative Polling in Britain*. *British Journal of Political Science*, 32, 3: p. 455-487. 2002.
- JENNINGS, M. Kent; & MARKUS, Gregory B. *Partisan Orientations over the Long Haul: Results from the Three-Wave Political Socialization Panel Study*. *The American Political Science Review*, 78, p. 4: 1000-1018. 1984
- JENNINGS, M. Kent; & NIEMI, Richard G. *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. Princeton, Princeton University Press, 1974.
- MACCOBY, E. E. Historical overview of socialization research and theory, in GRUSEC, J. E & HASTINGS, P. D (Orgs.). *Handbook of socialization: Theory and research*, New York, Guilford Press, 2007.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa; FERNANDES, Danielle Cireno; XAVIER, Flávia Pereira; & TOMÁS, Maria Carolina. Políticas de Transferência Direta de Renda, Capital Social e Alcance Educacional no Brasil. In: FAHEL, Murilo & NEVES, Jorge Alexandre Barbosa (Orgs.), *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*. Belo Horizonte, PUC Minas. 2007.
- SEARS, David O.; & VALENTINO, Nicholas A. *Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization*. *The American Political Science Review*, 91, 1. p. 45-65. 1997.
- SIGEL, Robert S. (Org.). *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

Sobre os organizadores e autores

Ernesto Friedrich de Lima Amaral (eflamaral@gmail.com)

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2009 a 2014. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1999), mestrado em Demografia pela UFMG (2002), doutorado em Sociologia pela University of Texas at Austin (2007) e pós-doutorado em Demografia pela UFMG (2008). Trabalhou na Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais na avaliação de políticas públicas (2008-2009). Seus interesses de pesquisa incluem demografia social, sociologia econômica, avaliação de políticas públicas e metodologia quantitativa.

Guilherme Quaresma Gonçalves (gui.quaresma89@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública (2012) pela UFMG. Trabalhou no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2012). Seus interesses de pesquisa incluem avaliação de políticas públicas, demografia social e cultura política.

Samantha Haussmann Rodarte Faustino (samantha.haussmann@hotmail.com)

Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (janeiro/2014). Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trabalhou com avaliação e monitoramento de políticas públicas no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2013). Foi assistente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte (2011-2013). Seus interesses incluem demografia social, educação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, políticas de transferência condicionada de renda, em especial o Programa Bolsa Família.

Alan Vítor Coelho Neves (alanvcn@yahoo.com.br)

Mestrando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Trabalhou como professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública estadual de Minas Gerais (2012) e como sociólogo na Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte em avaliação de políticas públicas (2012-2013). Seus interesses de pesquisa incluem demografia, educação, estudos sobre inclusão social e avaliação de políticas públicas.

André Braz Golgher (agolgher@cedeplar.ufmg.br)

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Física pela UFMG, especialização em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado em Química Orgânica pela UFMG, doutorado em Demografia pela UFMG e pós-doutorado em Economia/Econometria Espacial pela West Virginia University e University of North Carolina at Chapel Hill. Seus interesses de pesquisa incluem econometria espacial, pobreza multidimensional, economia da educação, economia da felicidade e métodos quantitativos em economia.

Bárbara Avelar Gontijo (barbaraavgo@gmail.com)

Mestranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Seus interesses de pesquisa incluem demografia formal, demografia social e avaliação de políticas públicas.

Dandara Bispo Pimenta (dandarapimenta@hotmail.com)

Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública pela UFMG (2013). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010 como Supervisora de Agente Censitário. Fez estágio

no Centro de Apoio à Educação a Distância (2011-2013). Seus interesses de pesquisa incluem o programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em seus aspectos avaliativos e evolutivos.

Daniete Fernandes Rocha (daniet@terra.com.br)

Professora da Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD) em Belo Horizonte. Possui graduação em Ciências Econômicas (1982), mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. É membro de grupo de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional (UENF). Seus interesses de pesquisa incluem: sociologia e economia, com ênfase em mercado de trabalho rural, estratificação/desigualdade social, políticas públicas, gestão/gestão pública.

Fábio César Araújo Costa (fabiogp31@gmail.com)

Assistente Administrativo na Prefeitura de Belo Horizonte. Graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2010. Trabalhou no Programa Escola Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2010), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coqueiral (2010), na Gerência Regional de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (2011). Seus interesses de pesquisa incluem políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e de transferência de renda.

Fabricia de Almeida Costa (fabriciaacosta@gmail.com)

Supervisora Técnica na Empresa Pólis Pesquisa Ltda. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2012). Seus interesses de pesquisas incluem políticas públicas, metodologias quantitativa e qualitativa aplicadas às ciências sociais e sociologia da educação.

Florence Fiuza de Carvalho (florencefiuza@gmail.com)

Empreendedora pública do Governo do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006) e mestrado em Sociologia pela UFMG (2011). Seus interes-

ses de pesquisa incluem sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, estratificação social e mercado de trabalho.

Gabriel Ávila Casalecchi (gacasalecchi@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2010) e mestrado em Ciência Política pela UFMG. Seus interesses de pesquisa incluem comportamento político, cultura política, socialização política e confiança nas instituições.

Guilherme Andrade Silveira (guilherme1313@gmail.com)

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiário no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria. Seus interesses de pesquisa incluem pós-colonialismo, democracia, multiculturalismo, heteronormatividade e diversidade sexual.

Iara Lima Vianna (iaravianna18@hotmail.com)

Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais e Formação Complementar em Estatística pela UFMG (2010) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (2012). Trabalhou como Analista de Pesquisa no Instituto Vetor Pesquisas em Cuiabá (2010- 2012). Seus interesses de pesquisa incluem metodologia de pesquisa, políticas públicas, democracia digital e governo eletrônico.

Isabella Rafael Horta Londe (bellarhlonde@gmail.com)

Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2011, é estagiária da equipe da Auditoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa incluem teorias democráticas e desenvolvimento econômico, avaliação de políticas públicas e gestão de tecnologias da informação no setor público.

Jorge Alexandre Barbosa Neves (jorgeaneves@gmail.com)

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e mestrado em Sociologia (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison (1997). Realizou pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem sociologia, economia, análise organizacional, gestão pública, estudos populacionais e métodos quantitativos, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdades sociais, processos organizacionais e políticas públicas.

Magna Maria Inácio (magna.inacio@gmail.com)

Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (1990), especialização em Ciência Política, Análise Política, Teoria e Método pela UFMG (1994), doutorado em Ciência Política pela UFMG (2006) e pós-doutorado pela University of Oxford (2012). Seus interesses de pesquisa incluem democracia, poder legislativo, relação executivo-legislativo, governos de coalizão e presidência, com foco no Brasil e em perspectiva comparada.

Mario Fuks (mariofuks@uol.com.br)

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem ciência política, com ênfase em estudos do poder local, conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo.

Natália Almeida Fares Menhem (natalia.sukita@gmail.com)

Proprietária da empresa Sustenta Projetos Socioeconômicos desde 2012, organizadora do TEDx BeloHorizonte e embaixadora do TEDx no Brasil.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na Limiar Engenharia Ambiental. Seus interesses de pesquisa incluem mobilização e inovação social, principalmente por meio de empreendedorismo de impacto.

Pedro Cisalpino Pinheiro (pedrocisalpino@gmail.com)

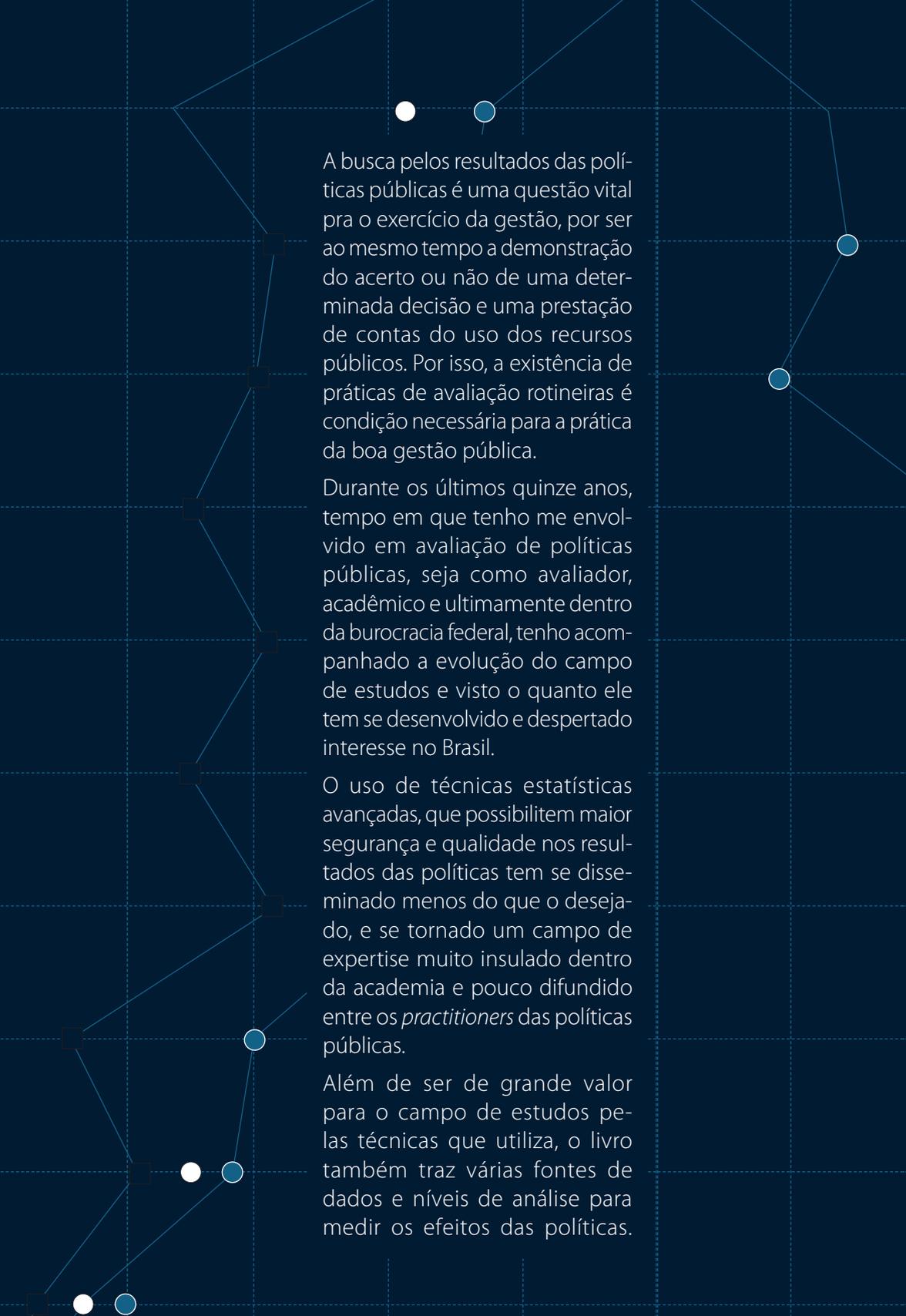
Especialista em políticas e gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 2007 e graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2005). Seus interesses de pesquisa incluem saúde pública, demografia, saúde e avaliação de políticas públicas.

FINO TRAÇO



EDITORIA

PRODUÇÃO EDITORIAL: Lilian Lopes
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Aline Vasconcelos
REVISÃO DE TEXTOS: Pedro Furtado
REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Rajão



A busca pelos resultados das políticas públicas é uma questão vital para o exercício da gestão, por ser ao mesmo tempo a demonstração do acerto ou não de uma determinada decisão e uma prestação de contas do uso dos recursos públicos. Por isso, a existência de práticas de avaliação rotineiras é condição necessária para a prática da boa gestão pública.

Durante os últimos quinze anos, tempo em que tenho me envolvido em avaliação de políticas públicas, seja como avaliador, acadêmico e ultimamente dentro da burocracia federal, tenho acompanhado a evolução do campo de estudos e visto o quanto ele tem se desenvolvido e despertado interesse no Brasil.

O uso de técnicas estatísticas avançadas, que possibilitem maior segurança e qualidade nos resultados das políticas tem se disseminado menos do que o desejado, e se tornado um campo de expertise muito insulado dentro da academia e pouco difundido entre os *practitioners* das políticas públicas.

Além de ser de grande valor para o campo de estudos pelas técnicas que utiliza, o livro também traz várias fontes de dados e níveis de análise para medir os efeitos das políticas.



São usados tanto levantamentos primários quanto secundários, vários deles abertos e de livre uso e manipulação. O uso dessas bases de dados e registros administrativos são uma prática ainda pouco difundida de avaliação de políticas, embora a qualidade e facilidade de seu uso tenha aumentado a frequência de trabalhos que se utilizam desse material.

O que faz do livro uma leitura essencial tanto para acadêmicos quanto para profissionais de governo é a soma dessas características. A iniciativa dos organizadores, ao selecionar trabalhos de alto grau de qualidade técnica, faz de Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas um livro que não pode faltar na formação de quem lida com políticas públicas.

Flávio Cireno

Coordenador Geral de Integração e Análise de Informações, Departamento de Condicionalidades, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O padrão ouro na avaliação de políticas públicas é o experimento aleatório, desenhado antes da implementação de uma dada política, com coleta de dados antes e depois da mesma. Esta metodologia, livre de vieses, apresenta duas deficiências cruciais. Primeiro, possui uma implementação cara. Segundo, sofre de grande resistência por parte dos gestores públicos, que têm dificuldade em aceitar o sorteio de quem será beneficiado por sua política. Quando o método experimental não pode ser aplicado, então os avaliadores devem ser criativos e se contentar com as imperfeições dos vários métodos de natureza quase-experimental. O livro *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*, organizado por Ernesto Amaral, Guilherme Quaresma e Samantha Hausmann, apresenta vários casos em que esta criatividade é colocada à prova, avaliando diferentes políticas com diversas técnicas de análise observacional (não-experimental). O livro traz um belo elenco de casos e reflete a trajetória de ensino e pesquisa de um excelente acadêmico e seus orientandos.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CPEQS

Centro de Pesquisas
Quantitativas em
Ciências Sociais

UFMG

CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMIG

trabalho ^{coleção} & desigualdade

ISBN 978-85-8054-215-8



9 788580 542158 >